



**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - Bom dia a todos.

Antes de iniciar a reunião, eu gostaria de dar alguns esclarecimentos. Primeiro, esta reunião está sendo gravada, filmada e, obviamente, também haverá fotografias. Em segundo lugar, quero esclarecer, professor, para a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior — ANDIFES, que esta Comissão foi instituída pela Presidência da Câmara dos Deputados com o intuito de nós fazermos de forma ampla um diagnóstico de algumas situações da educação superior pública. *(Pausa.)*

Nós convidamos várias personalidades ligadas à educação. Foram realizadas várias reuniões, inclusive na Universidade Federal da Paraíba.

A Comissão é formada por vários professores dessas universidades, incluídas a professora de uma universidade estadual, a Profa. Josiani Julião que, por questão de saúde na família, não pôde comparecer, e a Reitora Margareth Diniz, da Universidade Federal da Paraíba também.

Cada membro deve se apresentar durante a intervenção — é importante frisar que há necessidade da apresentação de cada membro.

Por favor, Prof. Paulo Barone. *(Pausa.)*

Queria agradecer a presença ao nosso Secretário de Educação Superior, Prof. Paulo Barone, e ao Prof. Haroldo Reimer, da ABRUEM — Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais.

Eu expliquei, Prof. Barone, que esta Comissão foi instituída pela Presidência da Câmara dos Deputados com o intuito justamente de tentarmos fazer um diagnóstico sobre o que se passa na educação superior. Depois apresentaremos os resultados ao Presidente da Câmara para que possa, junto com os assessores parlamentares que nos acompanham, transformar algumas ideias em um projeto de lei, um indicativo. Isso significa que o intuito é ajudar.

Eu expliquei ao Gustavo, da ANDIFES, que esta não é uma Comissão de nenhum órgão de classe, como ANDIFES, como ABRUEM, mas sim uma comissão da Câmara dos Deputados, um dos Poderes, com o objetivo de nós tentarmos — são todos os professores universitários — ajudar a nossa educação superior. Não temos nenhuma pretensão de substituir ninguém, e sim somar.

Eu vou me apresentar. Meu nome é Roberto Salles. Fui Reitor da Universidade Federal Fluminense no período de 2006 a 2014, na época que foi criado o Programa REUNI



— Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. No relatório de gestão que foi mandado para o MEC, auditado pelo TCU e CGU — inclusive vocês terão acesso se colocarem "Relatório de Gestão da UFF, de 2006 a 2014" —, consta o que nós fizemos e o aproveitamento da universidade em relação aos recursos que foram disponibilizados.

Feita essa apresentação, eu gostaria de pedir ao Prof. Haroldo a gentileza de ceder seu lugar para que o Prof. Paulo Barone pudesse iniciar a sua apresentação pelo prazo de 15 minutos, com mais 5 minutos de tolerância. Depois os membros da Comissão farão algumas perguntas, que poderão ser respondidas, ou tirarão dúvidas.

Muito obrigado pela presença de vocês, a qual só engrandece o trabalho da Comissão.

Peço que se identifiquem para que fique registrado na gravação.

Com a palavra o Prof. Paulo Barone.

**O SR. PAULO BARONE** - Muito bom dia a vocês.

Desculpe a necessidade de o representante do MEC falar primeiro, mas é porque nós vamos participar de uma entrevista coletiva para apresentar os resultados do ENADE às 11 horas. Por isso estávamos fazendo os últimos preparativos para que o Ministro possa ter todos os instrumentos em mãos para fazer a apresentação dos dados sobre esse instrumento tão importante de avaliação dos nossos egressos principalmente e do resultado agregado da formação que eles recebem nas nossas instituições.

Sabemos que esse processo, embora metodologicamente complexo, mede não só o resultado do egresso, mas também a diferença entre o egresso e o ingressante. Portanto, ele permite avaliar qual é a contribuição que a instituição dá para a formação desses estudantes.

É um prazer dialogar sobre esse assunto, que em minha opinião é absolutamente importante para a educação superior brasileira. É um prazer estar ao lado do Prof. Haroldo, que nos acompanha em alguns trabalhos que estamos desenvolvendo. Ele assumiu recentemente a presidência dessa relevante associação, a ABRUEM, que congrega tantas instituições importantes para o País. Aliás, nos anos 90 deram a maior contribuição para a expansão de vagas públicas no Brasil, fato que foi seguido nos anos 2000 pela expansão de vagas públicas no setor federal, no período em que o Prof. Roberto — a quem eu cumprimento também, é um prazer acompanhá-lo aqui — foi o Reitor da Universidade



Federal Fluminense, que, aliás, tem o nome mais bonito de todos os nomes das universidades brasileiras: Fluminense. Saudações. (*Risos.*)

*Fiume*, palavra italiana, significa "rio". Portanto, todos os que estão lá no Rio são fluminenses.

Eu só queria recordar um momento da minha carreira de professor. Em julho de 2006, a Universidade Federal Fluminense sediou um evento da minha área de atuação científica e, nesse período, eu era muito ativo nessa área. Eu tinha participado das comissões organizadoras desse evento em 2000 e em 2004. Em 2006, esse evento foi realizado na Fluminense. Eu estive lá, e isso coincidiu com a eleição do reitor naquele período. Então, já acompanho a presença do Prof. Roberto na Fluminense há bastante tempo.

Eu só queria mencionar que é objeto de reflexão em muitas instâncias o modelo que as instituições públicas brasileiras de educação superior seguem. Bom, eu vou tentar me controlar no tempo, mas eu queria dizer, em primeiro lugar, que para mim o principal problema de política pública, no sistema de educação superior brasileiro, é a questão da uniformidade do modelo diante da heterogeneidade da realidade brasileira. Resumido de outra forma, significa que nós tentamos apresentar uma única resposta para diferentes perguntas, e é evidente que isso não é uma saída correta.

Quando havia instituições que atendiam apenas a segmentos sociais de elite, vamos chamar assim... Por que chamo de elite? Porque um número muito pequeno de pessoas frequentava o ensino médio, e um número ainda menor passava do ensino médio para o ensino superior. Portanto, as nossas instituições atendiam a um restrito grupo social que tinha possibilidades para tanto, inclusive diante do número pequeno de vagas oferecidas nas instituições públicas e dos custos das instituições privadas e da condição social, o que exige de muitas pessoas o trabalho diurno e a ausência de vagas noturnas.

Então, isso tudo gerou um sistema que, aos poucos, recebeu uma resposta mais importante do setor privado do que do setor público, porque gerou uma expansão, eu diria, com vários problemas importantes, mas também gerou um atendimento mais amplo às camadas mais desfavorecidas da população nas instituições privadas.

Ao mesmo tempo, o Estado mantinha o dito controle sobre o conjunto das instituições. Esse controle envolve um modelo de avaliação e um modelo de regulação. O modelo de avaliação é baseado na expectativa de que determinados insumos são fundamentais para



a qualidade da educação superior. E aí está uma das razões para a grande influência do padrão único de modelo de instituições e de modelo de curso.

À medida que os segmentos sociais que estão presentes na educação superior foram se ampliando, o sistema manteve a mesma característica anterior. O sistema manteve um modelo de educação universitária, bacharelesca, com cursos de longa duração, diurnos, que pouco atendem, de modo geral, aos interesses legítimos de parte da população que precisa de respostas mais rápidas e que, eventualmente, pode responder de novo às suas próprias demandas com educação continuada ao longo da vida.

Há muitos exemplos de gente que segue o caminho de progresso na carreira, numa área de atuação profissional, e, na medida em que percebe as necessidades de maior escolaridade, volta a estudar. Isso é cada vez mais frequente na vida das pessoas.

O modelo único, que é o modelo de elite, pressupõe, portanto, algumas variáveis que são, de um lado, na educação superior pública, consideradas imutáveis e, do outro lado, num processo de avaliação de regulação das instituições privadas, são reprodutivas do primeiro modelo. Então, para mim, isso gera o maior problema de política pública de educação superior. É um sistema que atende a massa — nós já passamos de 15% — e que, ao mesmo tempo, mantém o modelo de elite.

Há um *paper* importante de 1973 de um cara chamado Trow, que discutia a transição, nos Estados Unidos, do modelo de elite para o modelo de massa. Isso foi nos anos 70, cerca de 45 anos atrás. Naquele momento, mais ou menos ele disse o seguinte: quando passamos de 15% no atendimento, nós extrapolamos os segmentos sociais e passamos a ter uma presença em massa na educação superior. Depois, em 2012, ele escreveu outro material, tratando da transição do modelo de massa para o chamado modelo universal, sendo o atendimento acima de 30%, o que significa que todos os que desejam frequentam esse ensino.

Isso é a realidade da maior parte dos países avançados no mundo, mas não é a nossa realidade. Nós estamos trafegando pelos 18% da faixa etária de 18 a 24 anos. Já estamos, portanto, na faixa de massa, mas estamos trabalhando ainda no regime de elite.

Então, a nossa universidade federal, por exemplo, ao se expandir no Programa REUNI e, depois disso, ao se expandir também pelos *campi* do interior, adotou um modelo de elite. É um modelo que, em qualquer região do País, independentemente de onde ela esteja situada, tenta reproduzir os modelos das instituições consolidadas nas regiões mais



previamente estabelecidas, com aspiração a uma atuação forte na pesquisa científica, com o amparo de uma carreira docente, que é essencialmente uma carreira científica em que o prestígio social, o fomento, as oportunidades e a própria progressão se dão em função das realizações de natureza científica.

Então, isso tudo faz as instituições caminharem para a tentativa de fazerem cópias de si mesmas, o que certamente não é uma resposta correta para a diversidade de questões que o próprio território nos apresenta. Esse é um problema importante.

Outro problema é o financiamento nas instituições federais de educação superior. Vou-me referir a elas, porque o problema das instituições estaduais, eu diria, é ainda maior. Há um conjunto de instituições municipais que é especialmente atendido pelo art. 187 da Constituição Federal, que tem a chance de auferir alguma parte do seu orçamento por meio do pagamento de mensalidades, mas a maior parte das instituições estaduais não pertence a essa categoria. Os Estados só estão autorizados a despender recursos com educação superior se cumprido o mínimo constitucional que é devido para a educação básica, especialmente para o ensino médio, que é atribuição exclusiva dos Estados.

Isso gera frequentemente uma situação dramática de financiamento. Acontece isso no Estado do Rio agora com muita intensidade. Nós todos estamos acompanhando com muita preocupação, com muita atenção, a situação da UERJ, uma das grandes instituições brasileiras que sofre de uma crise de financiamento, que tem esses elementos adicionais.

Eu vivo no âmbito federal há muitos anos. Sou professor há 32 anos e também tenho origem familiar nessa área. Desde que me entendo por gente, acompanho essa área. Sempre vivemos numa situação de dificuldades, com exceção de um curto período que talvez seja de 2009 a 2013, quando o orçamento do REUNI realmente alcançou a sua plenitude.

Fora esse período, ou seja, na maior parte do tempo — depois de 2013, houve queda na arrecadação —, o período é de dificuldades, em que não se lida com fartura. É preciso lidar com muito planejamento, com muita responsabilidade nos gastos, mas, de qualquer maneira, há uma aspiração importante por autonomia no sistema de instituições federais. Há uma experiência já bastante consolidada e conhecida, que é a experiência do sistema paulista.

Por um lado, há cerca de 30 anos — a data é de 1989, então são 29 anos —, o Governo paulista desenvolveu um trabalho com as universidades estaduais paulistas, o que



nos serve de espelho para compreender as possibilidades, as limitações de um modelo de autonomia. A aspiração do sistema federal é alcançar autonomia.

Por outro lado, há também, ao mesmo tempo, um clamor social importante por qualidade na gestão dos recursos públicos de um modo geral. Todos nós sabemos que há um conjunto enorme de dificuldades para se alcançar qualidade na gestão, dentro das universidades, inclusive em função de uma série de amarras legais que, com frequência, obrigam os gastos a serem superiores àqueles que seriam imaginados em outra condição regulatória.

Muitas vezes isso tem feito surgir de várias origens a proposta de uma institucionalidade própria para as instituições federais de educação superior e, ao mesmo tempo, uma condição de financiamento que possa ser previsível, eventualmente plurianual, que permita planejamento, continuidade e aquilo que é importante tanto para a educação superior quanto para os outros produtos das instituições de educação superior, que são os produtos ligados à interação com a sociedade e à produção de conhecimentos novos.

Isso seria uma aspiração que poderia talvez ser materializada num projeto que combinasse autonomia na gestão dos recursos financeiros e condições de desembolso dos recursos mais flexíveis do que aqueles que são hoje considerados o padrão do setor federal. Hoje, por exemplo, uma universidade lida com compra de aspirina, compra de material de escritório, contratação de grande volume de energia, contratação de grande volume de serviço terceirizado, tudo isso com os mesmos padrões que foram criados pela legislação para obras públicas, que, sabidamente, não deu conta do problema dos desvios.

Então, em vez de termos, de fato, um conjunto de parâmetros que permita o controle de gastos de forma mais eficaz, temos um sistema muito engessado, baseado no acompanhamento dos mínimos detalhes, em que um licitante, eventualmente sem interesse na vitória, consegue embaralhar uma licitação com interesses secundários. Isso todos nós conhecemos. É uma realidade.

Os gestores têm muita dificuldade com isso, como têm dificuldade com gestão de pessoal. Nós sabemos que esse é outro problema importante. O estágio em que a gestão de pessoal está no setor público é um estágio muito atrasado em relação aos padrões contemporâneos. Certamente, com uma força de trabalho muito subutilizada, gera também problemas de toda ordem.



A combinação desses fatores é que produz a possibilidade de, em diversas instâncias, se propor o modelo de autonomia. Mas esse modelo deveria ser combinado com o modelo claríssimo de aferição e de responsabilização por metas de gestão e por certos padrões importantes como, por exemplo, os percentuais de gastos relativos ao pessoal no ambiente das instituições de educação superior federais.

O Ministério da Educação tem trabalhado em proposta desse tipo e tem dialogado com vários setores nessa direção. E nós acreditamos que talvez esse possa ser um caminho que eventualmente extrapole até os limites de um mandato presidencial ou de uma legislatura, que vai mudar muito em breve. No entanto, como se trata de aspirações que boa parte da comunidade acadêmica deseja que se materializem e como se trata de aspirações que a longo prazo se mantêm atuais, aliás, cada vez mais bem compreendidas em suas limitações e em suas possibilidades, eu acho que há caminho para progresso.

Do meu lado, da minha experiência, eu posso dizer que seria importantíssimo para essa finalidade que nós fôssemos capazes de desagregar despesas que não são estritas dos atuais orçamentos da área da educação superior, de modo que se possa compreender melhor a estrutura de gastos e, portanto, fundamentar melhor um projeto autônomo.

Parte dessas despesas tem natureza previdenciária. Aliás, este é o principal óbice do modelo paulista, em que se agrega cada vez mais ao orçamento das instituições as despesas decorrentes das aposentadorias e pensões. Como essa é uma despesa de outra natureza, é crescente, sem o controle dos gestores, não funciona nenhuma espécie de parametrização do modelo de gestão com base no crescimento das aposentadorias, e, sim, nas regras relacionadas com as aposentadorias. Especialmente, é o modelo previdenciário que influencia o crescimento desse passivo, e não qualquer intervenção dos gestores universitários. Portanto, seria necessário desagregar, em primeiro lugar, as despesas de natureza previdenciária.

Em segundo lugar, há um conjunto de outras despesas que certamente todos conhecem, que não são estritamente ligadas ao objeto da educação superior e só poderiam ser financiadas em caso de cumprimento do financiamento mínimo das atividades-chave.

Exatamente como eu estava me referindo ao caso dos Estados no financiamento da educação superior, digo que nós deveríamos ter alguma espécie de discriminação de gastos, por exemplo, com atividades em cultura ou outras atividades de natureza similar,





somente em função das obrigações das instituições de educação superior, cumpridas as obrigações mínimas dessas instituições.

Não quero com isso minimizar a importância dos bens culturais. Eu quero é destacar que até muito recentemente o Brasil não apontava em direção a uma política para bens culturais. Infelizmente, em função do acidente no Museu Nacional, isso se tornou uma questão urgente. E um bom esboço de política com base na criação da Agência Brasileira de Museus — ABRAM talvez possa suprir essa dificuldade, mas todos sabemos que grande número das nossas universidades federais abriga bens culturais que pouco ou nada têm a ver com a sua atividade-fim. Apenas no *lato sensu* eles têm a ver com a relação entre cultura e educação, mas eu posso dizer com tranquilidade que a mais importante razão pela qual esses bens estão alocados nas universidades é a ausência de outra institucionalidade pertinente a essa finalidade.

O exemplo do Cine Icaraí lá em Niterói é muito bom; o exemplo do Cine-Theatro Central em Juiz de Fora, na minha universidade, é muito bom; o Memorial da República Presidente Itamar Franco, na minha universidade, é muito bom. São todas, certamente, estruturas importantes que pertencem, em alguns casos, à memória e, em outros, à cultura de uma forma mais ampla, que têm que ser preservadas e receber uma bela destinação social, mas eventualmente numa outra institucionalidade que não sejam as instituições de educação superior.

Para concluir esse item, há uma instituição universitária que, em função do encerramento das atividades de um órgão público no Sul do Brasil, passou a gerir uma eclusa e uma barragem, cujas responsabilidades principais são a inundação de terrenos rizícolas, inclusive no país vizinho, no Uruguai. Para os senhores terem ideia, a universidade lida com essa questão que, por certo, está completamente fora do alcance das instituições de educação superior.

Finalmente, outra despesa importante que, na minha opinião, deveria ser desagregada é o conjunto das despesas de natureza social. As despesas de assistência estudantil são importantes. Eu não quero minimizar a importância delas, ao contrário, quero lhes dar destaque. Elas precisam ser racionalizadas e precisam ter um modelo de gestão mais adequado, mas não pertencem às atividades-fim da educação superior.

Nos países que proveem recursos para os seus estudantes, como nós provemos, nesse caso, bolsas-permanência e outros auxílios de natureza assistencial, essa é uma





política do Estado, com E maiúsculo, que diz respeito à equalização das oportunidades para diferentes segmentos sociais. É muito importante essa natureza de despesas, mas é muito importante também diferenciá-las das despesas que são propriamente ligadas à educação superior.

Há só alguns comentários que eu queria fazer. O Ministério da Educação se sente muito bem sendo convidado para uma conversa como esta. Nós fazemos questão de participar de todas as conversas e temos uma proposta a apresentar.

Muito obrigado, Prof. Roberto.

**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - Obrigado, Secretário.

Já que o senhor vai dar uma entrevista coletiva, queria perguntar qual é o seu prazo limite aqui.

**O SR. PAULO BARONE** - Quinze para as onze.

**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - Está ótimo.

Então, vamos passar a ouvir o Prof. Haroldo Reimer, Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais — ABRUEM. Depois vamos aos questionamentos. Eu queria fazer alguns comentários, depois, a respeito de cada fala.

Tem a palavra o Prof. Haroldo Reimer.

**O SR. HAROLDO REIMER** - Bom dia a todos.

Faço uma especial saudação aos integrantes da Mesa.

Meu nome é Haroldo Reimer. Eu sou reitor da Universidade Estadual de Goiás, uma instituição jovem, que vai completar 20 anos no ano que vem. Temos cerca de 25 mil alunos. Como a maioria das instituições estaduais, essa é uma instituição *multicampi*.

Eu assumi recentemente a Presidência da ABRUEM e falo, nessa categoria, tentando mostrar, primeiramente, nessa conversa qual é o cenário desse conjunto de instituições.

A ABRUEM é uma associação que existe há 27 anos e congrega hoje 46 instituições, sendo 41 estaduais e 5 municipais. Elas são de natureza pública, embora na operacionalidade sejam distintas, visto que as instituições municipais têm a prerrogativa de cobrar mensalidades. Dentro do cenário geral da população universitária, nós respondemos por cerca de 700 mil estudantes. Mais ou menos 40% dos programas de pós-graduação estão em universidades estaduais. E, quando eu falo aqui das estaduais, claro, sempre estou incluindo, de forma especial, as três efemérides paulistas.



Outra característica das estaduais e municipais é a sua locação interiorizada. Efetivamente, na década de 90 em particular — mas em alguns Estados também já nas décadas anteriores —, na ausência de uma política federal de presença universitária no interior dos Estados, instituições estaduais foram criadas com a finalidade específica de promover o desenvolvimento local e regional nos respectivos Estados.

Outra característica que talvez advenha dessa interiorização é a caracterização dos estudantes. Na maioria das instituições afiliadas à Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais — ABRUEM, nós oscilamos entre 70% e 80% de alunos que vêm da escola pública. Em alguns Estados, aí eu cito o meu Estado, Goiás, uma política de cotas já existe desde 2004 — é pioneira no Centro-Oeste —, reservando 45% das vagas para alunos provenientes de escolas públicas, negros e índios, sendo que, operacionalmente, a taxa sempre se mantém entre 70% e 80%.

Cabe ainda registrar, até em face da discussão recente sobre as novas diretrizes da extensão, que as estaduais e municipais, pela sua interlocução mais direta com a população do interior dos Estados, têm forte presença com ações de extensão. Nesse sentido, são promotoras de desenvolvimento cultural *lato sensu* no interior dos Estados.

O tópico 2 trata do financiamento.

Esse tópico é diverso, muda de Estado para Estado. O caso mais clássico é o das estaduais paulistas, que têm não uma lei de autonomia, mas um decreto do Governador estabelecendo 9,57% ou 9,58% da receita do ICMS. Em alguns outros Estados, como Santa Catarina e também Goiás, o percentual está fixado na Constituição do Estado. Portanto, adicionalmente ao cumprimento do mínimo exigido para a educação básica, os Estados devem alocar um percentual distinto, de Estado para Estado, para o ensino superior. A Paraíba também estava incluída nessa categoria, embora atualmente a Universidade Estadual da Paraíba — UEPB, de Campina Grande, esteja passando por grandes restrições de financiamento. É comum, entre as instituições estaduais, em particular, que o seu orçamento vá sendo ocupado, muitas vezes, de forma muito mais rápida do que qualquer expansão de receita fiscal dos Estados no comprometimento com folha de pessoal e encargos.

Alguns Estados já resolveram a questão da inclusão ou não da parte previdenciária, como no caso de uma das estaduais paulistas. Na semana passada o Reitor publicou um documento mostrando a situação recente da UNESP. Então, só no caso da previdência, o



comprometimento está na faixa de 31% a 32% do orçamento da universidade, algo em torno de 900 milhões por ano, sendo que os ativos só contribuem com cerca de 220 milhões por ano, e o restante tem que ser coberto com recursos que vêm do repasse do Tesouro Estadual para as instituições. Outros Estados já resolveram isso mais cedo. No meu Estado, Goiás, nós convivemos com três realidades: os que entraram a partir de 2014 já ingressam pelo teto do INSS, sendo fomentados por previdência complementar; outros, pela média dos últimos 15 anos; e os mais antigos, pela remuneração integral.

Então, com o comprometimento cada vez maior do orçamento com pessoal, resta primeiramente uma saída, que é a movimentação constante em relação aos chefes dos Executivos e aos poderes estaduais, no sentido de ampliação das dotações orçamentárias. Nós estamos pleiteando em Goiás, por exemplo, 1% a mais de vinculação no texto constitucional para escapar exatamente desse gargalo que foi se constituindo com a qualificação gradativa do corpo docente com mestrado, doutorado e pós-doutorado e com a incorporação de alguns benefícios ao longo dos anos.

No último tópico em voltarei a falar sobre uma demanda quanto ao financiamento. Alguns desafios me parecem comuns às federais e às estaduais. O tópico principal, no meu entender, é a evasão/taxa de sucesso. O PNE 2014-2024, de forma quase visionária ou utópica, na meta 12 estabeleceu o crescimento para 33% da taxa de matrícula líquida. Hoje estamos em 17% e 18%. Porém, não basta só expandir novas vagas. Nossas instituições — e me refiro às federais e às estaduais — operam muitas vezes abaixo de 50% da taxa de ocupação das vagas de seus cursos. Algumas instituições já estão tentando resolver essa questão.

Dentro da ABRUEM nós temos uma câmara de graduação que desde 2013 estuda sistematicamente essa questão e já propôs alternativas e saídas, que, em alguns casos, já foram implementadas, em algumas instituições. Nós mesmos fizemos e conseguimos isso, por exemplo, numa instituição que lança no seu vestibular de final de ano cerca de 6 mil vagas. Historicamente, nós tínhamos em torno de 20% de vagas remanescentes, o que, do ponto de vista da qualificação do gasto público, é um contrassenso.

Fizemos algumas movimentações com atuação sobre os colegiados e os Núcleos Docentes Estruturantes — NDE no sentido de maior participação dentro daquilo que eu, pessoalmente, chamei de semântica da autonomia universitária, que é a necessidade de que o colegiado e o NDE assumam efetivamente a gestão compartilhada da instituição



universitária. Se o NDE e o colegiado não se sentirem responsáveis por questões de avaliação nem de sobrevivência do seu próprio curso, as instâncias superiores não darão conta disso nas instituições públicas.

Eu falei sobre a taxa de sucesso ou de êxito. Acompanhando agora os últimos relatórios do Censo da Educação Superior, nós estamos, efetivamente, caminhando ladeira abaixo. Pelo último que eu vi — corrija-me se eu estiver equivocado —, nós passamos, de 2016 para 2017, de 39,6% para 39,2%, o que, efetivamente comparado com os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE, é um percentual muito baixo.

Outra questão que eu quero tocar *en passant* é que há uma demanda enormíssima, no Brasil, por formação de professores. Os dados recentes do Sistema de Avaliação da Educação Básica — SAEB e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica — IDEB mostraram essa complexa situação na qual nós nos encontramos. E, obviamente, as instituições universitárias são alimentadoras diretas ou retroalimentadoras da qualidade na educação básica, que tem os seus problemas intrínsecos.

Mas eu quero destacar um ponto. Novamente, o Plano Nacional de Educação — PNE prevê que haja um aumento do número de cursos de formação de professores e um maior número de alunos matriculados em cursos de licenciatura. Eu, pessoalmente, dei uma olhada nos dados de 2014 a 2016 — portanto, há 20% do percurso do PNE — e a minha conclusão foi a seguinte. No que tange ao número de cursos de licenciatura nas instituições públicas federais, estaduais e municipais, houve um decréscimo idem no número de alunos. Se fôssemos caracterizar isso de uma forma mais drástica, a contribuição das instituições de ensino públicas para a formação de professores não foi só zero, foi negativa, considerando que elas deveriam responder por 40% do aumento da oferta de cursos e vagas nessas áreas. Em particular, houve cerca de 50 mil vagas a mais, em 2 anos, que foram geradas no setor privado.

Então, acho que aí está uma questão com a qual nós também temos que trabalhar. Penso que, na medida em que nós caminhamos para um sistema massificado, não adianta nós irmos para a discussão com a velha resposta de que, ainda que nós formemos só cinco ou sete por turma, os nossos egressos são de melhor qualidade, porque, com essa resposta e com essa postura, nós não damos respostas do setor público para as efetivas demandas da população brasileira por educação básica.



Finalizando, quais são as demandas hoje? É claro que nossas demandas, enquanto IES estaduais, têm a ver com o financiamento. Esse financiamento tem que ser angariado primariamente junto aos entes públicos estaduais. Porém, na associação nós discutimos uma proposta que já foi levada até o Ministério em uma ou duas ocasiões, e ela tem a ver com SISU e assistência estudantil.

As instituições estaduais foram demandadas, lá por 2012, 2013 e 2014, a ingressarem no SISU. Várias delas o fizeram. Porém, como a forma de repasse não é por descentralização, mas sim pelo SICONV, esses repasses se mostram muito retardados, em um lapso temporal de 3 ou 4 anos. Alguns, de 2014 até hoje, não receberam nem 1 centavo sequer pela adesão ao SISU. Tanto é que se discute na associação uma "bater em retirada" nessa questão. E a proposta que já foi discutida em alguns momentos é de que essa questão de assistência estudantil, que é a verba carimbada que vem pela adesão ao SISU, deveria ser promovida ou gerenciada por um programa nacional de assistência estudantil.

E, nesse particular, queria fazer o registro de que, quando se trata de um programa nacional, deveríamos entender que hoje a União faz repasses significativos para as instituições federais, que são da sua competência mais direta — e, nesse sentido, isso é compreensível. A União também faz repasses significativos para as instituições privadas, na forma do PROUNI. Praticamente o orçamento que é repassado para as IES privadas é mais ou menos o mesmo orçamento de todas as estaduais juntas. E não há nenhum repasse específico da União para assistência estudantil nas instituições públicas estaduais.

Isso até foi uma demanda que nós levamos aos candidatos à presidência. Oportunamente vamos levar isso novamente ao MEC para uma nova discussão. E, sem dúvida, no ano que vem, já na conjuntura de um novo Governo, vamos voltar a discutir essa questão, entendendo que, como se trata de respostas a serem efetivamente dadas à sociedade dentro de uma conjuntura de massificação de vagas e de acesso ao ensino superior, nós precisamos, cada vez mais, pensar em um sistema nacional, ressalvadas as diferenças, obviamente. Mas isso deve ser discutido como um programa nacional.

Basicamente eram esses os apontamentos.

Obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - Muito obrigado, Prof. Haroldo.

Eu teria algumas pontuações a fazer, Prof. Haroldo e Prof. Barone.



Nós, desde a instalação da Comissão, pontuamos alguns itens que podem ser inclusivos tanto para as federais, quanto para as estaduais e municipais, mesmo considerando que existe uma separação entre o que é competência federal, estadual e municipal, inclusive na educação.

Se os senhores concordarem, Prof. Barone e Prof. Haroldo, eu gostaria de citar uma situação que o MEC tem delineado muito bem, pelo menos das federais — e acredito que de algumas estaduais: o desperdício de dinheiro público com as obras paradas — o Prof. Barone citou muito bem. O REUNI acabou caindo no abismo pela crise econômica, e temos obras que estão 80% prontas e inconclusas.

Eu tinha até falado com o Presidente da Câmara — eu queria até parabenizá-lo por ter sido reeleito no Rio de Janeiro, e com certeza será novamente o Presidente da Câmara — sobre a questão das obras paradas, e a sinalização foi grande em relação a pensar alguma coisa em relação ao Congresso.

A outra questão é a do PNAES. O Prof. Haroldo falou muito bem. Eu considero tudo da educação um investimento, mas vamos considerar que o PNAES seja um investimento dentro do MEC que não deveria estar dentro do MEC, que deveria estar alocado em outro setor — talvez no Tesouro ou em outro Ministério — e que poderia se incluir em programas federais e estaduais.

Houve aquele corte feito na pesquisa e na pós-graduação de ciência e tecnologia dentro dessa conjuntura econômica de restrição orçamentária do teto. Devia haver um programa parecido, de 2 ou 3 anos, de incentivo à pesquisa, à pós-graduação — o mesmo modelo do REUNI, não com o mesmo nome, que seria exclusivamente para pesquisa, pós-graduação, inovação e empreendedorismo.

A outra questão é o PNAES. Também é um decreto presidencial — por favor, Ricardo, corrija-me se não estiver certo. O PNAES tem que se tornar um programa permanente, uma política permanente.

Eu saí em 2014, eu fui um Reitor muito combativo na ANDIFES, pelo modo como a ANDIFES conduz as coisas. Briguei muito para que a extensão fizesse parte da matriz, porque a extensão é constitucional. O que diz o art. 207 da Constituição? Ensino, pesquisa e extensão. Eu incluiria também "assistência", mas a extensão faz esse elo, como foi muito bem falado aqui.



Existem modelos auditados, que inclusive a Universidade Federal da Paraíba tem, que não estão inclusos na matriz. E aí eu gostaria de conversar sobre isso.

E a terceira questão seria o uso dos recursos próprios, que têm uma limitação. Arrecada-se, mas às vezes existe o impedimento do gasto.

Eu gostaria de colocar — obviamente eu peguei um pouco do que o Prof. Haroldo falou — que poderíamos pensar em alguma coisa nesse sentido e apresentar ao Presidente da Câmara. Eu sei que o MEC tem coisas muito maiores, propostas muito maiores, mas nós estamos trabalhando aqui com coisas que possam ser realizadas através da Câmara dos Deputados, com a anuência do Ministério da Educação.

Eu gostaria de saber se eu poderia já estender as perguntas. Você poderia fazer um comentário rápido?

**O SR. PAULO BARONE** - Eu diria que a maior parte das coisas a que nós estamos nos referindo passa por aqui, pela Câmara dos Deputados.

Primeiro, a Emenda do Teto é uma emenda global. Isso é um assunto importante. Ela não significa congelamento do teto por setor. Fazer política significa tirar de um lado e colocar do outro. Isto é fazer política: eleger prioridades.

Eu não posso responder por responsabilidades que são de outros, mas eu entendo que o Ministério da Educação está lutando para expandir a sua fração dentro do teto dos gastos públicos. Neste aspecto, conseguiu que a LDO corrigisse o Orçamento no valor da correção inflacionária referente ao ano anterior, conseguiu separar as despesas próprias e excluí-las do teto para o Orçamento que vai ser votado na Casa para 2019 — essa é uma aspiração de todos.

Eu vinha debatendo esse assunto com a assessoria parlamentar que trata de Orçamento no Senado e na Câmara havia alguns meses, e, na hora da votação da LDO, nós conseguimos uma emenda aditiva que acrescentou um artigo que permite essa possibilidade — o art. 21-A, se não estou enganado. A luta para mantê-lo dentro da LDO sem veto foi forte também. Então boa parte do que estamos falando se refere à própria formulação do Orçamento no Congresso Nacional.

Sobre ciência, tecnologia, inovação e áreas correlatas, não tenho a menor dúvida de que essa história de discutir se é investimento ou gasto já está ultrapassada. Sabemos que é investimento, mas é preciso gastar dinheiro para se investir. É nesse sentido que eu estou me referindo ao fato de que é despesa. Nós temos que fazer uma despesa para investir.





Você não compra um bem de produção se não fizer uma despesa. E, para se fazerem despesas, o Orçamento exige a responsabilidade de se prever a arrecadação correspondente. Esse é o ponto.

Do ponto de vista estratégico para o País, todos esses investimentos em equalização de oportunidades sociais que a assistência estudantil provê e que as Bolsas Permanência similares proveem em educação, ciência, tecnologia, inovação e outras áreas próximas são despesas cuja natureza é de investimento no futuro. Não tenho a menor dúvida disso, e não está aqui em questão dicotomia dessa natureza.

Eu tenho uma noção razoável do tamanho do passivo das obras nas unidades federais brasileiras hoje. Esse passivo registrado é da ordem de 3 bilhões de reais. Mas ele não consigna, na maior parte dos casos, aquilo que é necessário fazer para operar uma edificação. Geralmente o que está previsto no sistema de controle é a edificação. Esse passivo costuma não envolver a urbanização; o arruamento e toda a criação da estrutura para as edificações serem acessíveis; o acesso às estradas, bairros e outras dependências a partir dos quais se vai aos *campi* dessas instituições; a energia; o saneamento. Aliás, nós temos um enorme déficit de saneamento. Em alguns lugares o Ministério Público nos condena a sanear completamente um *campus* antigo já existente porque não há nenhuma estrutura de saneamento, e são regiões próximas de áreas que sofrem risco de contaminação.

Eventualmente nós não temos linhas de energia que passam próximas a todos esses itens de infraestrutura — às vezes passam a 10 ou 20 quilômetros. Não temos linhas de ônibus que passem perto, mesmo se fizermos o acesso, o que também costuma despende 10 ou 20 quilômetros de abertura de estradas, de vias novas. Não temos telecomunicação disponível, não temos banda, nem a possibilidade de instalar banda para a comunicação em alguns desses *campi*.

Eu não sei se algum de vocês conhecem algum *campus* do interior. Eu vou falar de uma cidade no meu Estado: Diamantina. O *campus* de lá é totalmente fora da cidade, não tem linha de ônibus, nem nunca terá linha de ônibus urbana. É uma linha de ônibus exclusiva para essa finalidade. E quem tem que prover isso é a própria universidade, senão não consegue levar os estudantes. Lá não tem água, não tem esgoto. Tudo tem que ser criado. Uma parte já foi criada, e outra parte vai ter que ser criada a mais. Isso se repete por todo o País. Portanto, o déficit de infraestrutura é muito maior do que o déficit registrado.



Finalmente, o que eu mais recebo hoje são reitores que dizem: *"Eu estou com a obra pronta para inaugurar, mas não tenho um móvel. Não tenho móveis, não tenho livros, não tenho equipamentos para o laboratório, não tenho ar-condicionados"*, e assim vai. Portanto, toda a infraestrutura de bens móveis para operação desses ambientes também é carente.

Esse déficit pode muito bem subir a muito mais do que 5 bilhões de reais. E, na realidade orçamentária contemporânea, isto vai consumir 10 anos de investimentos — não vai consumir menos do que isso.

Existe uma clara necessidade de alguma medida de natureza excepcional para dar conta especialmente do que é mais urgente, aquilo que, por exemplo, poderia influenciar na continuidade da oferta — salas de aula, blocos de sala de aula especialmente. É o que nós temos feito com os poucos recursos recebidos. Em muitos lugares, é preciso ter um bloco de restaurante porque não há alimentação possível com 20 quilômetros de distância do centro de uma cidade pequena. Nenhum estudante consegue nenhuma cantina para comer pão e tomar café com leite.

Então é preciso dotar esses ambientes da infraestrutura necessária. Nós temos feito um esforço, e é preciso fazer um esforço ainda maior, excepcional, para dar conta dessa estrutura, especialmente nos *campi* novos, que estão espalhados pelo interior. São 333 *campi* que as universidades federais têm hoje. E é preciso também dar conta de oferecer, além dessa estrutura, condições às instituições de reduzirem os gastos de custeio com aluguéis e outras despesas de natureza similar para a oferta da educação superior, que se iniciou muito antes de a infraestrutura ser iniciada. A infraestrutura paralisou-se quando a arrecadação sofreu retração a partir de 2013 e 2014. Ao mesmo tempo, as atividades já estavam em andamento. Portanto, as turmas foram progressivamente implementadas, os cursos começaram a se tornar plenos, e as estruturas são insuficientes para tanto.

Eu me lembro claramente: o então Reitor da Universidade Federal do ABC me trouxe, logo que eu assumi, um conjunto de gráficos interessantes, mostrando o crescimento da comunidade acadêmica, o crescimento dos programas acadêmicos, o crescimento das atividades desenvolvidas e o decréscimo do orçamento a partir de 2014, que foi um fenômeno nacional — foi um fenômeno relacionado com a crise econômica por que passa o País.

Nós vamos ter que ter a compreensão, especialmente do segmento legislativo — e com certeza a Câmara dos Deputados vai tomar uma iniciativa importante se adotar uma



medida dessa natureza —, para, de forma emergencial, dar conta pelo menos daquilo que é o mais importante para a sobrevivência dos cursos que estão sendo implantados.

É claro que é preciso também racionalizar, é preciso gerir melhor, é preciso implantar padrões de responsabilização na gestão. Mas o gestor fica completamente impedido de avançar se não tem esses meios disponíveis.

Obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - Concedo a palavra ao Prof. Haroldo Reimer.

**O SR. HAROLDO REIMER** - Eu queria fazer um comentário sobre a fala inicial do Prof. Barone a respeito do modelo único.

Eu penso que no diálogo entre as públicas existe a possibilidade de aprendizado mútuo. O fenômeno da resposta de cursos muito mais bacharelescos, que, por vezes passam ao largo das efetivas demandas e das efetivas realidades dos locais, precisa ser rediscutido. Em 2014 nós enfrentamos uma reestruturação curricular na universidade da qual sou Reitor. Nós tivemos situações — e eu acho que podemos generalizar — no sentido da manutenção de carga horária, de disciplinas, sem a incorporação de novas demandas, tipo interdisciplinaridade, diálogo entre os cursos e cada vez mais trabalhando com expansão de carga horária, o que, claro, onera o custo geral de um curso e acaba aumentando o percentual daqueles que abandonam o curso pela sua longa demora.

Eu acho que temos que voltar a discutir uma outra questão. A minha hipótese, Prof. Barone, com relação à divulgação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes — ENADE, logo mais, é de que nós vamos ter uma situação um tanto quanto similar à do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica — IDEB: a de que nós estamos caminhando para uma situação mais complicada. Eu olhei os dados da minha instituição e fiquei abismado como, em 3 anos, nós conseguimos ter um decréscimo, na medida em que nós fizemos um conjunto de investimentos. Nós somos uma instituição que tem muitas licenciaturas. Então, você não tem as respostas quando se trata de avaliações de desempenho e de acréscimo de conteúdos ao longo do percurso.

No meu entender, isso tem a ver com o modelo e a forma de operação. Por exemplo, quando se trata da formação de um professor, não adianta a maioria do colegiado entender que tem que fazer só atividades de pesquisa típicas de um bacharelado, quando tem que trabalhar com práticas efetivas de ensino em sala de aula, no chão da educação básica.



Esse dilema é constante. Se as instituições públicas não derem conta de discutir isso melhor, a resposta do segmento público às efetivas demandas da educação básica e, portanto, da população mais pobre do nosso País será cada vez menor em relação às expansões muito mais amplas do setor privado. É o que me ocorre.

**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - Obrigado.

Agora vamos pegar o conjunto das perguntas para o Prof. Otílio responder.

**O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS** - Antes de mais nada, eu gostaria de parabenizar os Profs. Paulo Barone e Haroldo Reimer pela clarificação dessas condições do ensino. Na maior parte dos casos, eu concordo plenamente.

Acho, professor, que nós temos que mudar o modelo do ENADE. A primeira questão seria essa. Eu acho que é um modelo que, é claro, traz grandes resultados em relação a uma avaliação, mas eu penso que seja insuficiente.

Outra questão com a qual eu tenho muita preocupação é a do Sistema de Seleção Unificada — SISU. Eu penso que nós temos que repensar e não fazer como, infelizmente, se faz muito no Brasil: "*Nós vamos acabar com o SISU*". Não é isso. Eu acho que nós temos que racionalizar o SISU. Na Universidade Federal Fluminense, pela primeira vez, nesse ano de aplicação do SISU, nós tivemos mais de 150 vagas não ocupadas no primeiro semestre para o curso de medicina — eu estou citando esse curso, mas poderia citar vários outros — só pela movimentação do SISU. Eu acredito que isso também aconteça em outras instituições de ensino, mas, para nós, é algo inédito. Então, isso me preocupa muito. E, é claro, a universidade deixa de ter uma entrada de recursos por esses alunos que não estão ali. Acho que aí é culpa das universidades colocar outros alunos, por exemplo, por processo de transferência, no segundo ou terceiro semestre, no máximo, nessas vagas ociosas. Esse é um mea-culpa nosso. Existe a dificuldade dos cursos, porque as coordenações, na verdade, pensam mais em si do que no desenvolvimento da instituição.

Outra questão fundamental que o Prof. Haroldo colocou é a gente repensar as vocações de curso em cada uma das instituições e em cada um dos *campi*. Estive há algum tempo no Pará, em Oriximiná, onde a Universidade Federal do Pará tinha um curso de engenharia mecânica. Num raio de 200 quilômetros, ninguém era dali, era de outros locais, e a maioria dos alunos abandonava o curso no segundo ou terceiro semestre. Essa é mais uma coisa que eu acho extremamente falha no SISU.



Finalmente, ainda sobre o SISU, nós acompanhamos no semestre passado um fato muito triste, que é a pressão da família. Às vezes, há pressão sobre um aluno que não tem qualquer vocação para determinado curso, mas é o primeiro filho numa universidade pública. Então, o menino queria fazer direito, mas a família o obrigava a se matricular em biomedicina, porque os pontos dele lhe davam condição de entrar no curso de biomedicina.

Eu penso, professor, que nós temos de reavaliar isso e voltar atrás nessa questão de o aluno escolher o curso de acordo com os pontos obtidos. Ele tem de se inscrever no ENADE já optando por um curso, ou no máximo dois cursos. Agora, permitir que ele olhe quanto tem na carteira para tomar Coca-Cola ou champanhe é uma coisa que infelizmente tem trazido muito prejuízo, inclusive em relação à evasão nas universidades federais.

Parabenizo ambos pela condição fantástica que me faz pensar em vários desses dados.

Eu gostaria de saber também se existe disponibilidade de material, fora os que já existem no *site* do SISU, por exemplo, sobre essa questão do número de *campi*, etc. Isso me interessaria muito.

**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - Obrigado, Prof. Otílio.

Lembro que o Prof. Barone está com limite de horário, então eu queria, se possível, que as colocações fossem feitas rapidamente.

Quem gostaria de falar?

Tem a palavra a Renata.

**A SRA. RENATA PARDOMO TRENTIN** - Meu nome é Renata, sou professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Resumidamente, nós estamos trabalhando, como o Prof. Roberto Salles bem colocou, em propostas que visam alcançar objetivos plausíveis e que sejam de fato alcançáveis, e não simplesmente utópicos. Visto isso e toda a explanação feita pela Mesa, eu gostaria de saber qual é o cenário que os senhores veem para as universidades nos próximos 5 a 10 anos, e quais são, digamos assim, *step by step*, os passos, as alterações ou os ajustes nas universidades para que se alcance esse cenário nesse período.

**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - Obrigado, Renata.

O Sérgio tem a palavra.

**O SR. SÉRGIO MENDONÇA** - Eu queria fazer uma pergunta. Nós participamos do REUNI naquela época do projeto e tudo, mas já se passaram alguns anos. Na questão



daquela meta de 90% da taxa de sucesso, comparando os formados com os ingressantes há 5 anos, uma coisa assim, eu lembro que terminou o REUNI e essa taxa não tinha sido alcançada na média do País.

Eu queria saber, estou um pouco desatualizado, como está isso hoje. Essa taxa tem melhorado ou está piorando? Ela estabilizou em algum valor?

Era esse o questionamento. Obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - O Alex tem a palavra, rapidamente.

**O SR. ALEXANDER SIBAJEV** - Prof. Barone, com essa ideia de desagregar despesas, como isso pode ser feito e como obrigar as universidades a terem esses dispositivos mínimos para atender às suas obrigações?

Em relação àqueles penduricalhos, quando há essa situação de bens associados às universidades, o que acontece? As universidades não querem ter, ou têm detectado, por alguma questão de vaidade ou pressão da comunidade, e as universidades acabam sendo impingidas, forçadas a mantê-los a qualquer custo?

Em relação também à palestra do Prof. Reimer, nesses casos em que há defasagem do repasse de verbas, pela adesão ao SISU, há alguma forma legislativa de facilitar isso obrigando o ente federativo a repassar?

Muito obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - Sr. Ricardo, V.Sa. gostaria de fazer alguma observação? E o Sr. Renato?

**O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS** - A questão é a seguinte. A educação superior não é competência exclusiva nem da União nem dos Estados e Municípios, então nós temos a União atuando, os Estados atuando e os Municípios atuando um pouquinho. No entanto, quando nós observamos ao longo da história, a impressão é que a política de expansão da rede federal e das redes estaduais não conversa, é como se os entes federados atuassem de maneira praticamente autônoma, sem se articular. Entretanto, o atendimento à população e aos jovens é um acontecimento da população brasileira, dos jovens brasileiros.

Eu gostaria de indagar aos senhores se essa minha percepção faz sentido, e, se faz sentido, quais seriam, na visão dos senhores, as razões pelas quais a articulação da



expansão da educação brasileira não se dá de maneira integrada entre as políticas da União e as políticas dos Estados.

**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - Sr. Renato, teria alguma colocação? (*Pausa.*)

Vou passar a palavra ao Prof. Paulo Barone.

**O SR. PAULO BARONE** - Agradeço e peço desculpas pelo tempo curto. Vou tentar ser panorâmico.

O senhor tem toda a razão, esse é um grave problema. A expansão das instituições federais de educação superior matou as instituições estaduais. No Estado da Bahia, essas se superpuseram às estaduais; por exemplo, a Universidade do Estado da Bahia — UNEB. No Rio Grande do Sul, matou uma comunitária, a Universidade da Região da Campanha — URCAMP, exatamente mapeando os *campi* e reproduzindo as mesmas condições dela.

É um contrassenso completo. Se a sociedade se organiza pelo Estado ou pela própria comunidade para oferecer respostas à comunidade externa, isso tem que ser bem visto e não tem que ser combatido. Todos os processos de expansão são autonomistas e competitivos, e isso é ruim. Frequentemente as instituições, por razões políticas e não por razões ligadas ao planejamento do atendimento da oferta, acabam se superpondo.

Nós estamos desenvolvendo uma ferramenta chamada *Mapa da Educação Superior*, que permite visualizar no território todas as ofertas e as condições socioeconômicas, culturais, geográficas, etc. que constituem determinantes da demanda. Essa é uma ferramenta que nós esperamos entregar à comunidade brasileira, de tal modo que possa servir para avaliar, planejar e também para analisar a condição atual.

A história não é só REUNI, é muito mais que isso. A Lei nº 13.005/2014, que aprova o PNE, prevê aqueles mesmos indicadores do REUNI, que nunca foram cobrados e que os reitores das universidades federais sempre dizem ser inatingíveis. O Roberto sabe disso. Eles dizem: "*Não dá para atingir 90%*", não com o modelo excludente que nós oferecemos. Se o modelo for excludente, não dá mesmo; se o modelo for diferente, é possível.

Como a Itália resolveu esse problema? Para curso longo, de 5 anos, a permanência de 2 anos ou 3 anos significava um fracasso, e a Itália o transformou — com o modelo de Bolonha —, junto com os demais países europeus, num curso de curta duração, cuja permanência de 2 anos ou 3 anos melhora muito a escolaridade do concluinte e transforma o seu fracasso em sucesso.





Portanto, há muitas ferramentas importantes e muita experiência histórica que pode ser aproveitada pelo Brasil nessa direção.

O fato é que os números não melhoraram. Eu tenho números, por exemplo, sobre medicina e pedagogia, dois extremos importantes e duas políticas públicas importantes: formação de recursos humanos para a atenção à saúde e formação de recursos humanos para a educação básica.

Na medicina, o número de formandos após 6 anos de ingresso é quase 100%, com uma pequena variação, 6 meses a menos ou 6 meses a mais, que tem muito a ver com transferência no primeiro ano do curso.

O mesmo tipo de análise aplicada à pedagogia mostra que, ao final de 7 anos, o número de formandos para de crescer e alcança a média de 50%. Se o estudante for atendido por algum programa social — PROUNI, financiamento do FIES ou sistema de cotas da universidade federal —, esse número sobe para 70% a 75% no segmento específico. Isso quer dizer que essas políticas de alguma maneira ajudam, mas até os 7 anos não conseguimos alcançar números dessa natureza. A duração de um curso de pedagogia, na média, é de 4 anos.

Vejam que nós temos muitos problemas que não estamos abordando e que são fundamentais.

Com relação aos *campi* e às situações atuais, nós temos um mapa completo, conforme aponta o nosso relatório de gestão que está sendo concluído para a transição, e temos a possibilidade de compartilhar esses números.

Com relação ao que é concreto, eu peço desculpas por nunca ter acompanhado os trabalhos desta Comissão e por não saber exatamente em que página está a Comissão. Eu estou numa página, e esta página mostra que boa parte do que podemos fazer é com relação a mudanças legislativas.

Vocês perceberam, na medida provisória da ABRAM, que a natureza jurídica da ABRAM é um serviço social autônomo? E qual a razão para isso? É importante analisar. Se for criada uma institucionalidade própria para a universidade federal — e isso é uma questão legislativa —, isso também pode influenciar aquilo que nós estamos falando aqui, e de forma imediata, assim como pode permitir orçamentos plurianuais, financiamento com estabilidade e autonomia frente à responsabilidade na gestão, especialmente nas despesas com pessoal, porque essas são as mais importantes para todo gestor público.



Então, nós temos contribuições a oferecer e estamos completamente abertos a isso. Eu só vou realmente pedir desculpas, porque já são 11h02min e a entrevista coletiva já vai começar.

**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - Prof. Barone, muito obrigado.

Peço licença para acompanhar o professor, é só um minutinho.

E gostaria de pedir ao Prof. Haroldo que tentasse responder a alguns questionamentos.

**O SR. HAROLDO REIMER** - Atendendo a demanda do nosso Presidente, eu queria fazer três breves comentários.

O primeiro é sobre a expansão não dialogada entre o sistema federal e as IES — Instituições de Ensino Superior estaduais. É uma realidade, e exemplos já foram dados. Mas eu queria trazer um exemplo de como é possível contrapor essa lógica, sempre entendendo que a lógica, por vezes, é originária das demandas políticas regionais e, por vezes, é decorrente de decisões políticas em âmbito ministerial.

Como é possível fazer essa contraposição? Aí eu vou voltar ao meu Goiás, quando nós criamos, em 2012, 2013, sob inspiração do então reitor e atual reitor da Universidade Federal, o Fórum das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Goiás — FIPES. Nós reitores nos reunimos com certa regularidade e desses encontros resultaram três produtos. O primeiro é um pequeno sistema que mostra todas as cidades de Goiás e a presença de cada instituição, agora complementada pelas instituições privadas, na tentativa de mapeá-las. O segundo é uma tentativa de diálogo, para que não ocorra sobreposição de ofertas. E o terceiro é a disponibilidade de vagas em cada uma das instituições dentro de um programa de mobilidade estadual. Hoje, por conta desse convênio assinado entre as quatro universidades, agora há mais duas universidades federais, recentemente criadas, e passarão a ser seis, os estudantes de cada uma dessas instituições podem cursar uma disciplina, um semestre ou até um ano na outra instituição.

A segunda questão é a política de ocupação de vagas ociosas ou remanescentes dos processos seletivos. Eu mencionei antes um dado que não concluí. Historicamente, nós tínhamos em torno de 20% de vagas remanescentes do processo seletivo do vestibular. Faz 2 anos que nós estamos utilizando, sem ter aderido ao SISU, as notas do ENEM para fazer entrar alunos no segundo período, mesmo que seja para cursar apenas uma disciplina. O argumento que à época me foi trazido era: *"Nós estamos prejudicando os*



*alunos, porque eles vão entrar num curso já em andamento". A minha resposta foi: "É melhor embarcar num bonde em marcha lenta a ficar parado na estação sem poder se locomover". Existe a possibilidade de retomar, tranquilamente, no ano seguinte, e cursar as disciplinas que não foram feitas.*

Muitas vezes, o problema na ocupação de vagas ociosas ou remanescentes é a corporação dos docentes na universidade. Vou citar, meramente para fins retóricos, um exemplo extremo. Nós publicamos o edital de vagas para portador de diploma. Antes de algumas medidas que tomamos, havia vagas no curso de Sistemas de Informação. No caso, candidatou-se um sujeito que veio com diploma em letras. Ele foi rejeitado liminarmente pelo coordenador com a justificativa de que não era da área. Então, só para você ver como a resposta não tem lógica. E isso se repetiu várias vezes.

Então, na nossa instituição, tomamos uma medida, via conselho universitário, de flexibilizar a importância do coordenador na decisão sobre o ingresso de transferência, reingresso e portador de diploma. Criamos um sistema chamado Minha Vaga. Publicamos o edital, e a inscrição se dá por ordem cronológica. Quem primeiro analisa, para fins não de classificação, mas de verificação de documentação, é a secretaria acadêmica. Estando válidos os documentos, passa-se, na ordem de classificação, para a coordenação do curso para tomar as providências para a inclusão desses alunos.

Tivemos uma ocupação de vagas ociosas e remanescentes significativa, em alguns casos chegando quase a 100%. Em dois cursos, estamos com mais de 100% de ocupação de vagas decorrentes de alguns alunos retidos.

Por último, um comentário sobre a evasão. Em decorrência do trabalho da Câmara de Graduação da ABRUEM, em alguns casos obviamente, cuja aplicação de forma geral tem que ser verificada por mais testes, verificamos que lidamos com a hipótese de que a assistência estudantil, sua presença ou sua ausência, é o motivo fundamental da evasão.

Num caso concreto na Universidade Estadual do Centro do Paraná, pioneira em fazer esse levantamento com alunos evadidos, eles entraram em contato com mais de 800 alunos que se evadiram da universidade para saber os motivos da evasão. E a hipótese de trabalho a ser refutada ou fertilizada, o ponto principal, foi a ausência ou não de assistência estudantil. Qual foi a resposta? A assistência estudantil apareceu em sétimo lugar. Em primeiro lugar apareceu a relação docente/discente. Então, isso tem a ver com a corporação docente nas universidades.



Obviamente, estou dizendo isso com as devidas limitações de uma análise que mapeou um cenário restrito. E qualquer ampliação em termos de uma tese deveria ser apoiada por mais verificações setoriais. No entanto, penso que se vislumbrou um problema que é da cultura institucional. Por vezes, a glória do professor na reprovação do maior número de alunos, para assim demonstrar que o seu curso, a sua disciplina, é de qualidade.

Se nós olharmos de novo para o tamanho da demanda que nós temos por educação superior no Brasil, essa não pode ser a resposta a partir de uma instituição altamente qualificada, como é a universidade pública neste País.

**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - Antes de passar a palavra para todos, eu queria fazer alguns comentários sobre a questão da evasão. É uma questão muito séria, que, é claro, tem a ver com várias questões. O Prof. Haroldo acabou de falar de uma questão: o problema pode estar dentro da sala de aula.

Eu acho que o problema principal hoje — e acredito que seja nas estaduais e nas federais — é o que o Prof. Otílio colocou: o modelo SISU. Às vezes, um aluno que mora em outro Estado passa para uma universidade federal e vem para aquela cidade sem nenhum apoio; às vezes a família é carente. E, chegando à universidade, existe burocracia, existe restrição orçamentária para concessão de bolsa. E isso é um problema muito sério.

A segunda questão tem a ver também com a opção que ele faz, combinada com a questão que o Prof. Haroldo falou sobre docência. Então, isso tudo leva... E o exemplo principal agora, um dos motivos é o SISU, é a área de saúde.

Eu vou corrigir, Prof. Otílio. Na medicina, nós tínhamos aumentado a entrada para 190 alunos por ano. Nós formávamos 110%, 120%, porque havia transferências ex-ofício. Então, o curso formava muito mais gente do que entrava.

Agora, o fenômeno é a quantidade de vagas que há nos vários períodos, que, em parte, se deve a essa movimentação do aluno. Ele entra para medicina na universidade, mas daqui a alguns meses é chamado para outra. E aquela vaga, devido ao tempo corrido, não é preenchida.

Então, é um problema muito sério. Isso é um desperdício de dinheiro público.

**O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS** - Roberto, só para acrescentar, é mais do que isso. No segundo semestre, ele pode pegar a nota dele, rerepresentá-la e ir para outra universidade. E a vaga fica ociosa.



**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - Então, é isso que eu estou falando.

**O SR. OTÍLIO MACHADO PEREIRA BASTOS** - Por exemplo, na Universidade Federal Fluminense, no segundo semestre, com os meus pontos que eu apresentei, eu poderei entrar na Universidade Federal do Paraná. Então, eu me transfiro para lá. E a vaga da Universidade Federal Fluminense fica perdida. Só mais tarde é recuperada.

**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - Só com vaga, depois de transferência ou reingresso.

E o professor falou uma coisa muito importante. Eu tive esse problema e tive que ir para o embate. Quando há reingresso e mudança de curso, a coordenação avalia o processo e diz logo de chofre que não faz aquele perfil. Então, vai da cabeça, infelizmente, de cada coordenação.

Então, eu acho que a universidade tem que fazer o mea-culpa em relação a alguns questionamentos que as pessoas não tocam, não querem tocar.

Há a questão também de pessoal. Eu posso dizer e disse isto no meu conselho universitário: pode existir uma disciplina em que falte professor, pode existir um departamento, mas isso não é a generalização da universidade.

A universidade também tem que fazer um remanejamento interno dos seus códigos de vagas, porque temos algumas disciplinas que dão mais de 15 horas, sobrecarregadas, e outras — é só ir ao sistema e ver — dão 4 horas por dia. Então, existe realmente um rearranjo interno a ser feito, e cada universidade tem que fazer isso. Mas o professor aqui da gestão plena da reitoria sabe das dificuldades que existem ao tratar com isso dentro de cada instituição. Eu acho que realmente tem que ter alguma saída. Não se pode também só cobrar recurso se não temos algumas diretrizes para esses gastos.

A autonomia é realmente desejável — e nós vamos bater nessa tecla —, mas temos que ter alguns parâmetros para poder gerir esse recurso, algumas prestações de contas, algumas cobranças. Se continuar dessa maneira, onde nós vamos parar? Não vamos cumprir a meta do Plano Nacional de Educação. Inclusive o Prof. Barone falou muito bem que o teto dos gastos é um fundo, vamos dizer assim, geral, que pode ser remanejado, mas, mesmo assim, há um limite ao longo dos anos.

E o que nós estamos propondo aqui, Prof. Haroldo, é que a Câmara assuma, através da sua Presidência, alguns encaminhamentos e alguns projetos que podem ser executados



de forma independente, mesmo que se usem os instrumentos do MEC. As despesas poderiam ser remanejadas de outras fontes para podermos avançar.

Já falei sobre uma, que é o PNAES, que tem que ser realmente inclusive para as estaduais. A lei deve tornar permanente o programa, para não correr nenhum risco. E há também a questão do projeto de incentivo. Não sei qual nome vai se dar: pesquisa, pós-graduação, inovação, ciência e tecnologia. E há a questão também de se usarem recursos próprios. Não sei se nas estaduais há alguma limitação. As federais arrecadam 80 milhões, mas não podem gastar os 80 milhões, porque não comporta o orçamento. Não se pode pegar o dinheiro e gastá-lo de qualquer forma. Então, é uma questão muito séria. E, quando se gera uma patente que tem recurso, também não se pode gastá-la. Então, fica uma amarra quase insanável.

Alguém gostaria de colocar mais alguma coisa?

**A SRA. RENATA PARDOMO TRENTIN** - Eu só ia fazer um comentário rápido a respeito do que o Prof. Haroldo mencionou sobre a parte da coordenação de curso.

Em relação a esse novo modelo que o senhor mencionou que implantou, na UFMS, nós fazemos assim. Eu estive na coordenação do curso de Farmácia em 2016 e 2017. Realmente, nós não opinamos sobre a matrícula ou não daquele aluno. O aluno chega já matriculado. E nós fazemos o plano de estudos dele, o aproveitamento das disciplinas.

Eu tive o cuidado de, nesses 2 anos em que eu estive à frente da coordenação, avaliar quais foram esses meus alunos evadidos. De 16 alunos, 11 eram portadores do diploma e do SISU. Comecei a avaliar os alunos portadores de diplomas. A maioria deles estava sem estudar há algum tempo e enfrentava muitas dificuldades. Ao final, eles acabaram realmente não fazendo a matrícula para o segundo semestre. Então, nesses 2 anos ficou muito claro que esses portadores de diploma eram os que sempre mantinham essa evasão. Então, nós sempre preenchíamos as vagas, mas sempre havia evasão dos portadores de diploma.

**O SR. ALEXANDER SIBAJEV** - Como estava adiantado o tempo do Prof. Barone, eu nem me apresentei propriamente.

O meu nome é Alexander Sibajev, eu sou professor do curso de medicina. Apesar de oriundo do Rio de Janeiro, estou há 20 anos na Universidade Federal de Roraima, uma universidade federal pequena e que se assemelha muito às universidades que têm *campi* no interior, como o Prof. Barone estava falando, com algumas dificuldades de estrutura.



Além dessa questão da adesão por aluno, eu achei importante, na fala do Prof. Barone e também na do Prof. Reimer, a situação do financiamento. Eu achei que foi uma novidade aqui, dentro das falas que temos até reiterado, a situação da desagregação da despesa, dando maior autonomia, maior situação de efetividade, para que não sejam colocadas aquelas que estão como penduricalhos, inclusive, com esses gastos de cultura, e outras que ficam sem cumprir as diretrizes, as obrigações mínimas das universidades em relação à educação.

Eu fiz a pergunta como se dirigia isso. E, se eu entendi bem, a resposta foi que, através do Poder Legislativo, pode-se pensar em outros tipos de arranjos na legislação que façam com que as instituições federais de ensino tenham, dentro dessas mudanças, algo que resulte em maior autonomia. Isso seria, como no exemplo da ABRAM, transformar-se num serviço social autônomo.

Inclusive eu me lembro de que, no caso do Museu Nacional, porque a Universidade Federal do Rio de Janeiro tem várias coisas associadas a ela, foi proposto uma vez que aquele museu pudesse ser uma organização social, um arranjo legislativo que permite que uma organização social capte verbas. Mas eu não sei se isso não foi permitido por restrições legais ou se havia, por parte da universidade federal, algum tipo de vaidade, no sentido de conservar aquele museu, porque há pressões da comunidade acadêmica, enfim... Eu até perguntei a ele como fazer quando a universidade quiser se livrar de uma situação.

Enfim, se eu entendi bem, a sinalização dele é que há competência, sim, do Poder Legislativo para pensar em arranjos. As universidades talvez tivessem que amadurecer, para fazer uma proposta dessa nova organização legal, que permita que essas instituições sejam serviços sociais autônomos.

Em relação também ao financiamento, eu vejo que o Prof. Reimer falou dessa situação de falta de repasse, um lapso temporal de 4 anos na demora de recurso da assistência estudantil. E eu queria até perguntar ao Prof. Reimer: como corrigir isso e obrigar o ente federativo a repassar? E, no caso de não repassar, o que vocês pretendem fazer? O senhor falou que está sendo considerada a saída do SISU em função de esses repasses não serem efetivados. Em quais alternativas poderíamos pensar?

**O SR. HAROLDO REIMER** - Tem sido feita gestão junto ao MEC, até com o apoio parlamentar, para a liberação desses recursos, porque eles são a contrapartida federal





junto a uma renúncia de receita própria que as instituições tinham, quando da realização do processo seletivo próprio da instituição, mas essas movimentações de gestão para pressionar a liberação não foram feitas. E eu não veria neste momento quais poderiam ser outros movimentos.

Com relação à outra pergunta sua, eu falo agora da experiência do nosso Estado. Quando precisamos incorporar novas receitas ao orçamento, nós fazemos a solicitação de suplementação orçamentária, de forma que se tenha a base legal para realizar o gasto no exercício. Então, como a relação é mais direta com o Executivo e com o Legislativo estadual, eu imagino que haja alguma facilidade nessa questão.

Eu só queria remeter, ainda dentro dessa discussão que foi colocada da EC 95...

**(Não identificado)** - A PEC da morte...

**(Não identificado)** - Fim do mundo... *(Risos.)*

**O SR. HAROLDO REIMER** - Fim do mundo...

Nós temos que nos dar conta de que existem alguns problemas que tangem à locação de recursos. E temos que jogá-los dentro da discussão, até no sentido de fazer uma autocrítica da própria *performance* ao longo dos anos. Eu falo do crescente endividamento público.

Hoje o Tesouro Nacional — dados do próprio Tesouro — tem um estoque de dívida superior a 5 trilhões de reais. Então, em breve nós vamos chegar a dois orçamentos como estoque da dívida. A média de remuneração desse estoque da dívida é em torno de 10%. Alguns títulos são negociados ainda a 13%, 14%. Pelos dados do Tesouro Nacional da semana passada, só para este exercício foi alocado, já para essa finalidade de rolagem da dívida, algo em torno de 380 bilhões de reais. O número exato é 378 bilhões de reais. Quando comparamos isso com o orçamento do MEC, que gira em torno de 110 a 120 bilhões de reais, sendo que metade disso mais ou menos é para as universidades federais, vemos que nós estamos disputando um recurso para a educação que é absolutamente assimétrico em relação ao recurso que já é executado há pelo menos 5 ou 6 anos, em crescente proporção para atender à rolagem da dívida. Estamos falando de transferências do Tesouro para três grupos distintos, em, mais ou menos, 40% para o sistema financeiro, os bancos; 30% para os fundos de pensão; 30% para os investidores, pessoas físicas que compram títulos do Tesouro Direto, por exemplo.



Então, essa é uma questão que está posta. E penso que será um dos grandes desafios, para qualquer das duas possibilidades de Governo, a partir do ano que vem, ter que lidar com essa questão do crescimento da dívida pública e, com isso, cada vez mais, haver disputa entre os diversos departamentos e as exigências orçamentárias. Pelos dados de um portal que eu acompanho e que, às vezes, alinham-se com os dados do Tesouro Nacional, estamos falando de mais de 40% do Orçamento da União que são alocados para a rolagem da dívida. Então, do segmento de que nós estamos falando, que são as demandas das instituições públicas, em especial as federais, estamos falando de frações em relação a uma totalidade muito maior.

Então, este é um debate que tem que ser feito, e acho que deveria haver uma participação significativa das academias e das capacidades nelas instaladas, para haver voz crítica em relação a isso.

**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - Eu queria concordar, mas já se está tentando fazer, há muito tempo, há muitos anos, a discussão sobre a dívida, sobre o pagamento da dívida em detrimento de todo o sistema — saúde, educação, tudo. Mas, talvez, com a renovação do Congresso, principalmente do Senado mas também da Câmara, e com a pressão da sociedade, realmente, talvez possamos conseguir fazê-la.

Eu vou voltar à finalidade da Comissão: dentro desse complexo todo que foi falado aqui, dentro dessas restrições todas, assim mesmo achamos que há ainda espaço para que sejam apresentadas algumas medidas legislativas que possam nos dar ainda um fôlego, por algum tempo, para resolver algumas questões que foram colocadas. É assim que nós vamos tentar trabalhar.

Eu queria saber se alguém teria mais algum questionamento.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - É. Ele disse que, no âmbito estadual, o próprio Governo ou a Assembleia Legislativa fazem uma suplementação orçamentária.

Mas, no caso do MEC, esta é a grande dificuldade: ele ter orçamento para poder fazer uma suplementação orçamentária. Isso é difícil, pelo seu gigantismo. As universidades têm sofrido bastante por não conseguirem, inclusive, gastar o que arrecadam. Estamos impedidos, em algumas situações, de passar recursos para as fundações, porque houve, inclusive, o acordo de algumas rubricas com o Tribunal de Contas da União, porque, até no



nosso caso, o repasse do orçamento ordinário, quando se liberava lá pelo final do mês de dezembro, nós colocávamos na fundação.

Em relação a isso houve um acordo, um TAC, com o Tribunal de Contas, no sentido de que não faríamos mais isso, tanto que o Governo colocou como "restos a pagar". Mas a questão da receita própria continua. Algumas coisas nós não podemos colocar na fundação, mas outras nós podemos colocar. Então, este é o impasse.

Alguém gostaria de colocar mais alguma coisa? Ricardo? *(Pausa.)*

Então, gostaria de agradecer ao Prof. Haroldo por ter vindo aqui, por ter aceito o convite, por ter dado esta contribuição, este esclarecimento.

As propostas que nós vamos apresentar podem também ser extensivas às esferas estaduais e municipais, como consequência, até porque o Grupo de Trabalho, como está publicado, trata das questões do ensino superior público. Por isso nós fizemos o convite. Há também uma pessoa que não está presente aqui, mas é de uma instituição estadual.

Eu queria agradecer as suas contribuições e dizer que em breve nós vamos fazer um relatório e entregá-lo às mãos, primeiramente, do Presidente da Câmara. Obviamente, depois nós vamos permitir o acesso a todos os nossos convidados e ao público em geral.

Há alguma coisa a mais a complementar? *(Pausa.)*

Então, eu queria agradecer muito ao Prof. Haroldo e à Luísa pelo comparecimento.

Agora vamos continuar a discutir algumas questões.

Desejo-lhes um bom retorno.

*(Pausa prolongada.)*

**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - Eu queria abordar algumas coisas aqui publicamente. Eu queria saber da nossa assessoria se nós podemos, depois desta fala, desligar a mídia para fazermos uma conversa mais reservada com a Comissão.

Eu conversei com o Paulo Barone. Ele vai nos conceder uma audiência às 17h30min. Nós fazemos o *check-in* logo aqui na Câmara, com ajuda, porque eu não sei qual é a direção. Nosso voo sai em torno de 19 horas. Então, nós nos encontramos lá. Ele vai pontuar algumas coisas que eles já estão querendo apresentar.

Eu queria saber — eu sei que vocês trabalham muito — quem pode nos acompanhar lá, nessa...

*(Intervenção fora do microfone.)*



**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - Não, eu estou falando dos assessores. Vocês estão convidados, vocês estão na Comissão.

Será rápido. Nós queríamos fazer a pontuação de algumas questões que ele disse que eram factíveis — são palavras dele — dentro do Legislativo, que poderiam ser feitas. Ele já tem alguma coisa.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - Às 17h30min no MEC.

Ali ele me confidenciou. Então, se vocês concordarem, acho que a oportunidade é importante.

O Ricardo está pensativo. Quando ele bota a mão aqui, é que ele não está concordando muito, não.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - Não, por favor. Está tudo certo.

Então, nós vamos fazer isso. A dinâmica daqui para a frente vai ser a seguinte: primeiro, nós vamos fazer logo o *check-in* e vamos tentar entregar logo os documentos.

Eu vou passar no gabinete, porque quero saber quando o Presidente... Eu tenho contato direto com ele, mas, neste momento em que ele deve estar vendo as alianças, preciso saber para acertarmos tudo lá.

Se você puder nos conduzir depois... Eu peço desculpas, mas peço isso porque me perco aqui dentro. Apesar de já ter conseguido emenda aqui andando o dia inteiro — temos que andar mesmo, no Senado e na Câmara —, eu não me acostumei ainda.

Eu acho que hoje as duas palestras foram bem ilustrativas.

Acho, Sérgio, que tem que acelerar.

O Renato e o Ricardo vão tentar agilizar, junto com a Aline, nossa reunião. Vamos tentar vir no dia 24, para que ela seja feita no dia 25, não é isso?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - É isso. E vou ver o que é melhor, porque eu vou tentar agendar também com o Presidente da Câmara. Mesmo que, no momento, ainda não haja segundo turno, que vai ser muito quente em vários Estados e no Brasil...

Então é isso. Eu acho que estamos no caminho certo.



Todos concordam com essa dinâmica? Esperamos que nesta data todos compareçam. Só o Otílio não vai comparecer.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. COORDENADOR** (Roberto de Souza Salles) - Também não vai poder? Quando a pessoa é importante, acontece isso. Aí fica difícil.

Agora podemos desligar os microfones?

*(Realiza-se reunião reservada.)*